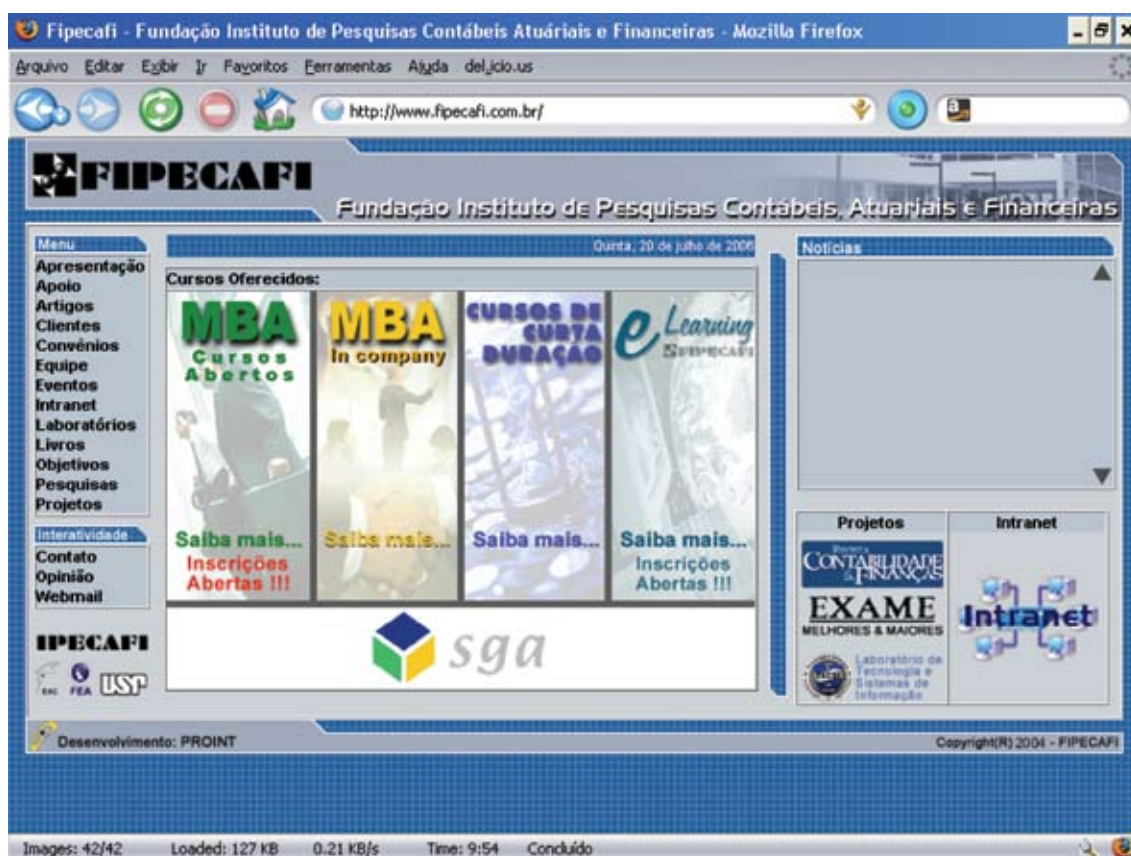


# FIPECAFI PERDE RECEITAS E JÁ OFERECE CURSOS POR CONTA PRÓPRIA

José Chrispiniano  
Jornalista



*Uma das mais antigas fundações “de apoio”, a Fipecafi vive uma fase de declínio de receitas, que caíram de R\$ 42 milhões em 1998 para R\$ 21 milhões em 2003 e R\$ 15 milhões em 2005. A estratégia da entidade privada parece ser a de preparar-se para uma eventual desvinculação da USP: desde 2004 ela está “especialmente credenciada pelo MEC para ofertar cursos de pós-graduação lato sensu”, ou seja, pode oferecer cursos pagos sem a chancela da universidade*

O professor Iran Siqueira Lima, diretor-presidente da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi), mostra ao repórter o terreno limpo ao lado da sede da entidade, na Rua Alvarenga, vizinha à Cidade Universitária. Ali será construído um novo prédio, que abrigará mais salas de aula, de reuniões e escritórios da fundação — que também ocupa uma área do outro lado da Alvarenga, utilizada como estacionamento. Siqueira Lima relativiza a expansão territorial. Diz que o futuro da entidade está no ensino à distância.

A Fipecafi é uma das três fundações que orbitam a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA-USP), cada uma delas correspondendo a um dos departamentos da unidade. Fundada em 1974, é constituída por docentes do Departamento de Contabilidade e Atuária (o chamado EAC). Suas principais fontes de renda são a prestação de serviços de consultoria para o setor público e instituições do setor financeiro, e os cursos pagos, sejam seus MBAs regulares, sejam aqueles montados por encomendas de empresas (*in company*). Desde 2005 prepara-se também para oferecer cursos à distância.

Depois de viver seu ano dourado em 1998 (ver *Revista Adusp* 23, setembro de 2001), quando faturou mais de R\$ 42 milhões (grande parte deste valor obtida por meio de contratos com o governo federal), a Fipecafi viu seu faturamento cair para R\$ 15,369

milhões em 2005 (**vide tabela**). Porém, como sua expansão imobiliária às margens da USP demonstra, a fundação está longe de uma crise financeira. É dona de vasto patrimônio próprio, e encerrou o ano de 2004 com um patrimônio líquido de R\$ 26.141.519 (*Relatório de Atividades*, 2005). Só em aplicações financeiras, a Fipecafi tinha como ativo, em fins de 2004, R\$ 19.068.632. A entidade mantém, ainda, um fundo próprio para apoio à pesquisa, no valor de R\$ 1.050.000.

### Declínio das receitas da Fipecafi

ANO	Valor (R\$)
1998	42.220.629
1999	27.654.471
2000	29.757.054
2001	29.036.043
2002	25.790.941
2003	21.012.590
2004	15.485.027
2005	15.369.622

Fonte: Fipecafi, *Relatórios de Atividades* (1999-2005)

O peso cada vez maior dos cursos na receita da Fipecafi e a redução do número de contratos celebrados sem licitação com o poder público (que ainda existem, mas em menor volume do que no passado), explicam em grande parte a queda das receitas. Ainda assim, dos clientes listados no *Relatório de Atividades* de 2004 da fundação, nove são entidades privadas, entre elas a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), a Editora Abril e o Unibanco, e oito são empresas ou órgãos estatais como o Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (Ipesp), a Secretária de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Sabesp, Metrô,

Instituto de Resseguros do Brasil, e Cobra Tecnologia S/A, uma subsidiária do Banco do Brasil.

Uma das maiores polêmicas da história recente da fundação ocorreu em 2001, provocada por sua tentativa de criar um curso pago de graduação em atuária, da qual a entidade recuou após a má repercussão. O projeto envolveu a criação de uma instituição de ensino com fins lucrativos: a Faculdade Brasileira de Gestão de Negócios. O fato de uma entidade “de apoio” à USP, constituída por docentes da universidade, montar uma faculdade privada repercutiu negativamente na imprensa e na Reitoria. Pressionada, a própria Fipecafi solicitou ao MEC o descredenciamento da FBGN (*Informativo Adusp* 199, de outubro de 2005, e 204, de novembro de 2005).

Frustrada em seus planos de criar uma graduação própria, a Fipecafi resolveu tomar o mesmo rumo da sua congênere Fundação Instituto de Administração (FIA): solicitou ao MEC, e obteve, em fins de 2004, a “qualificação jurídica de instituição especialmente credenciada para ofertar cursos de pós-graduação *lato sensu*, nas áreas das ciências contábeis, atuariais e financeiras, nos termos do artigo 6º da Resolução 1/2001”, segundo informou em carta (*Informativo Adusp* 204, de novembro de 2005). Isto é: a fundação credenciou-se para oferecer diretamente cursos de MBA, sem necessidade de supervisão ou aprovação da USP. “A ida ao MEC foi para atender os anseios dos alunos dos cursos de MBA, para ter uma fer-

Daniel Garcia



**Maria Tereza Leme Fleury, diretora da FEA**

ramenta adicional para dar aulas em faculdade”, justifica o professor Siqueira Lima.

***Depois de concluir que o Banrisul era inviável e devia ser privatizado, a Fipecafi voltou a ser contratada para prestar serviços ao banco estatal. Sem licitação***

As outras duas histórias envolvem a privatização de bancos públicos. Em 1999, houve uma ação popular no Rio Grande do Sul contra a Fipecafi, após esta ter sido contratada pelo Governo do Estado em 1998, sem licitação, por R\$ 2,9 milhões, para fazer um estudo de viabilidade do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul). A Fipecafi concluiu que o banco estatal era inviável e insolúvel, e que deveria ser

privatizado. Entre a contratação e a conclusão do estudo, o governo estadual passou do PSDB para o PT, que manteve o banco como empresa estatal. Em 2003, o PMDB assumiu o governo estadual, e a Fipecafi foi novamente contratada — agora para prestar serviços ao banco cuja inviabilidade ela havia declarado.

As atas da Fipecafi revelam: o valor de um único projeto contratado com o Banrisul, fechado em 2003 para a implementação de ICMS eletrônico, foi de R\$ 3,9 milhões. O projeto foi questionado pela comissão de serviços públicos da Assembléia Legislativa gaúcha, presidida pelo deputado petista Raul Pont — que contestou a necessidade de o banco contratar profissionais externos para a implantação do projeto —, e pela Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul.

No processo de privatização do Banespa pelo governo federal, a Fipecafi, contratada pelo Banco Central pela mesma quantia de R\$ 2,9 milhões, foi acusada de ter atuado para evitar disparidades nas avaliações das duas consultorias que estabeleceriam o valor do banco, e por sub-contratar uma empresa para fazer parte do serviço de consultoria, o que configurou fraude à lei de licitações. O professor Eliseu Martins — ex-diretor da FEA e principal figura pública da Fipecafi — chegou a ter

seu “eventual indiciamento” sugerido ao Ministério Público Federal por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (*Revista Adusp* 24, e *Informativos Adusp* 121 e 122).

Em reunião realizada em 28 de outubro de 2004, o presidente Siqueira Lima informou ao Conselho Curador que a Fipecafi havia sido absolvida, em segunda instância, da ação popular referente à sua atuação no caso do Banrisul, e que o Tribunal de Contas da União havia emitido decisão favorável à fundação no caso Banespa. Enfatizou ainda, segundo registra a ata respectiva, “que essa decisão do Tribunal é muito importante porque esvazia qualquer outra discussão que esteja em curso no nível do Ministério Público”.

Hoje são os cursos, principalmente os MBAs de longa duração, que geram mais resultados do que as consultorias, devido à sua lucratividade, como mostra a ata da 73ª reunião do Conselho Curador, de 27 de outubro de 2003, numa projeção de resultados para o orçamento de 2004. Nela, há uma previsão de que as consultorias representarão 15% da receita, enquanto cursos de longa duração representariam 75%.

Conforme Siqueira Lima declarou à *Revista Adusp*: “Uma fundação é diferente de uma empresa industrial ou comercial. Houve realmente uma queda na demanda de consultoria. Mas há mudanças. Fizemos o trabalho de cálculo de *spread* bancário (para a Febraban). A área de cursos e *e-learning* está se desenvolvendo. Mas temos ainda vários projetos na área de consultoria”.

Reprodução

## FIPECAFI

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras  
(órgão de apoio institucional ao Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP)

Todavia, o que não se esperava é que pudesse ocorrer uma reação contrária da superior administração da Universidade de São Paulo a que uma instituição ligada a ela através de convênio, passasse a oferecer, também, um curso de graduação, ainda que a FIPECAFI tenha autonomia para tal e sua sede se situe fora do campus.


Mas diante da reação inesperada, o Conselho Curador da FIPECAFI, em reunião extraordinária, decidiu que a Diretoria Executiva não deveria mais dar continuidade à criação da Faculdade Brasileira de Gestão de Negócios.

Por isso, a Diretoria da FIPECAFI nem chegou a tomar as providências cabíveis para a realização do processo seletivo, como exigido pelo MEC.

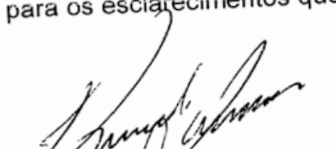
Diante do exposto, vimos agradecer, mais uma vez, a V. Exa., pela acolhida que dispensou ao nosso Projeto, a qual culminou com o credenciamento da Faculdade Brasileira de Gestão de Negócios -- que havíamos criado com tanto empenho, investimento de tempo, recursos e denodo na busca dos melhores talentos nessa área específica do conhecimento -- e com a autorização para funcionamento do curso.

Por fim, colocamo-nos à disposição desse Ministério para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Respeitosamente,



Prof. Dr. Iran Siqueira Lima  
Diretor Presidente



Prof. Dr. Reinaldo Guerreiro  
Diretor Vice-Presidente

A Sua Excelência  
Doutor **PAULO RENATO DE SOUZA**  
Digníssimo Ministro de Estado da Educação – MEC  
Brasília – DF.

Rua Alvarenga, 2147. CEP 05509-005, Butantã, São Paulo, SP. Tels.: 3812-2000 e 3818-5820. Fax: 3813-0120  
email: fipecafi@fipecafi.com.br

***A preocupação com a queda nas receitas e com os “gastos com a USP” levou os conselheiros curadores a falar em “bancarrota” e sugerir parcelamento dos repasses à FEA***

A queda na receita e o relacionamento entre a Fipecafi e a USP foram os assuntos mais discutidos pelo Conselho Curador da fundação nos últimos anos, conforme se depreende da leitura de suas atas. Em reunião de 20 de março de 2003, por exemplo, o professor Fábio Frezatti, ao fazer a exposição do balanço de 2002, apontou o segundo ano consecutivo de resultado operacional negativo da fundação. Explicação: “os gastos com a USP, pois somando os gastos com a FEA, com a Reitoria, com o RDIDP e com o EAC tivemos, contra o orçado, seiscentos e oitenta e quatro mil reais a mais, isto é, o orçamento original contra o real”. Segundo a ata, a Fipecafi “gastou” R\$ 1,6 milhão com as diversas instâncias da USP em 2002. O equivalente a 6% das receitas da fundação.

Em 4 de junho de 2003, em outra reunião, o assunto é retomado. O professor Ariovaldo dos Santos expressou o temor de que “a relação das fundações com a USP, da forma que está sendo veiculada, levará as primeiras à bancarrota”. Ele revelou que o percentual de repasses em 2003 já estaria em 8,5% das receitas da fundação. “Se for mantido esse custo com a Universidade, principalmente com a FEA e com o Departamento, e a receita diminuir, o percentual, naturalmente, será mais elevado”, concluiu Santos.

Na tentativa de encontrar uma solução para o problema dos “custos” obrigatórios com a universidade que a fundação estatutariamente existe para apoiar, “custos” que estariam levando a entidade à “bancarrota”, Santos sugeriu um “tipo de participação que possa ser diferenciada”, a ser tentada por intermédio da diretora da FEA, a professora Maria Tereza Leme Fleury. Segundo Santos, a professora havia “argüido o que seria razoável para as fundações”.

A reunião aconteceu no auge das discussões sobre a regulamentação das fundações dentro da “comissão dos quarenta” (o Grupo de Trabalho sobre Fundações da Reitoria), e Eliseu Martins então sugeriu ao Conselho Curador que se deveria evitar “de todas as formas possíveis, qualquer percentual sobre receita”, pois, como enfatizou, “qualquer percentual de 2%, 3% pode dar a impressão de ser pequeno, mas às vezes equivale à vida ou à morte da instituição”. Por instituição, Martins se referia

à fundação, não à universidade.

Reinaldo Guerreiro, então vice-presidente da Fipecafi, defendeu por sua vez que “toda a estratégia deve ser municiar o C.O. [Conselho Universitário] de argumentos pró-fundações”. Para Guerreiro, “trata-se de uma posição político-ideológica, pois o que a Adusp deseja é acabar com as fundações por meio de todo este movimento que ela realiza e, para isso, vai atuar em dois pontos, no percentual de contribuição, e na questão do RDIDP, que é outro alvo em relação às fundações que se tem que ter cuidado especial.”

Ao final da reunião a Fipecafi autorizou o professor Santos a aplicar recursos humanos e financeiros para elaborar um relatório de defesa das fundações. A ata desta reunião revela, inclusive, certos ciúmes internos às fundações da FEA, relativamente ao papel desempenhado por sua diretora como representante das fundações dentro da universidade. Siqueira Lima comenta ter apresentado a Maria Tereza Fleury uma série de informações sobre a Fipecafi, para utilização num documento que a diretora da FEA levou à Reitoria sobre a “importância das fundações”. Mas, acrescentou o presidente da Fipecafi, ao tomar conhecimento da versão final surpreendeu-se com a pouca informação relativa à Fipecafi, abaixo da Fipe, e ambas com muito menos destaque do que a FIA, fundação à qual a própria Maria Tereza Fleury está ligada.

Siqueira Lima ainda solicitou ao diretor administrativo da entidade, Mário Fernandes, que

negociasse com a FEA, “para que se possa, talvez, até renegociar as parcelas que foram anteriormente definidas entre ambas, a exemplo do que a Fipe está fazendo, pois se continuar a praticar o orçamento aprovado, a fundação apresentará déficit no fim do ano”.

Consultado sobre o teor do documento de 2003, Siqueira Lima afirma que a reunião teve lugar dentro de outro contexto. “O percentual é fixado em relação ao faturamento. Chegou-se a falar naquela época em 30%”. Perguntado se a Fipecafi elaborou cenários de saída da USP, como fez a FIA, ele declara que a Fipecafi “só tem como razão de existir o apoio à Faculdade de Contabilidade e Atuária”. Mas também diz que “se vai ficar perpétuo, depende muito das regras estabelecidas pela USP”. Acrescenta: “O que a Reitoria propuser, a Fundação atende rigorosamente. Eu só acho que tem que ser discutido se a USP gostaria de ter as fundações. Talvez fazer uma espécie de votação geral sobre isso”.

***A Fipecafi apoiou a Funasp, criada para “minimizar os custos com advogados e também para sair em defesa das fundações quando do surgimento de críticas feitas por entidades como a Adusp”***

As atas da fundação também registram o apoio da Fipecafi à criação da Associação Científica e Cultural das Fundações Colaboradoras da USP (Funasp). Numa reunião de novembro de 2003, Siqueira Lima apresenta a idéia “surgida em reunião com os presidentes de outras fundações da FEA”, de se criar a entidade para “minimizar os custos, por exemplo, com consultas aos advogados e, também, para sair em defesa das fundações quando do surgimento de críticas feitas por pessoas e/ou entidades como a Adusp, enfim, defenderia o interesse das fundações”. Na época da reunião, 11 fundações já haviam aderido à idéia da entidade, que também já contava, segundo a ata, com o apoio da direção da FEA.

Outra ata, de 7 de dezembro de 2004, registra que o presidente da Fipecafi achou “recomendável” contratar, por meio da Funasp, um parecer jurídico sobre exercício concomitante de cargos de direção na USP e nas fundações “de apoio”, com a finalidade de contraponto ao parecer do departamento jurídico da Adusp, segundo o qual reitores, diretores de unidades e chefes de departamento não podem, em paralelo, exercer cargos em fundações privadas.

No *Relatório de Atividades* de 2004, a fundação declara existir uma “perfeita harmonia” entre os rumos traçados pelo Departamento de Contabilidade e Atuária e os estabelecidos pelo Conselho Curador. Os serviços externos de consultoria e pesquisas para o mercado, afirma Siqueira Lima, seriam

feitos de uma forma ou de outra, e assim era antes da fundação. A Fipecafi, além de auxiliar financeiramente o curso, teria reforçado o vínculo dos docentes com a universidade. “Antes, os professores davam aulas e saíam para seus escritórios. Você deu uma condição de localização, não só complemento salarial, mas assinatura de revistas especializadas, tradução, localização, infra-estrutura. Eles têm uma remuneração por aqui que teriam e fariam se fizessem na FGV ou na PUC”.

***A Fipecafi decide isoladamente como aplicar seu fundo de pesquisa e auxílios pontuais ao departamento, e defende o fim da cobrança de taxas pela USP***

Siqueira Lima defende a Fipecafi, apontando que devem ser reconhecidos os diversos apoios que a fundação oferece em comum acordo com o EAC, como apoio à viagem de professores, congressos e publicação de artigos. “Nosso grande objetivo recente foi melhorar o desempenho do curso de pós-graduação acadêmica. Subiu a nota de 3 para 5, com nosso apoio para a publicação de artigos e realização de pesquisas”. A Fipecafi edita de forma conjunta com o EAC a

revista acadêmica *Contabilidade e Finanças*. Mas decide isoladamente como aplicar seu fundo de pesquisa e auxílios pontuais ao departamento, e defende o fim da cobrança de taxas fixas pela USP sobre os percentuais da sua receita.

O funcionamento da fundação de apoio como instância *lato sensu* de poder sobre o departamento aparece na ata da reunião de 7 de dezembro de 2004. O professor Eliseu Martins levantou na ocasião a seguinte questão: os nomes de alguns laboratórios “da Fipecafi” eram citados sem referência à fundação — particularmente o Laboratório de Tecnologia e Sistemas de Informação (Tecsi), citado na ata como um dos “nossos laboratórios”. Ocorre que o Tecsi é um grupo de pesquisa da USP, assim registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com professores, pesquisadores e alunos estagiários da universidade. O conhecimento produzido pelo investimento do sistema público gera um rentável curso de MBA em Tecnologia da Informação oferecido pela Fipecafi.

Martins fez a proposta de que sempre fosse citado o nome da Fipecafi associado ao dos laboratórios: “Na opinião do prof. Eliseu devem-se reunir o chefe do departamento e o Presidente da Fipecafi, e a decisão deve ser formalizada na Fundação e no Conselho (do departamento). Laboratórios individuais não podem existir utilizando instalações, computadores, internet, enfim toda a infra-estrutura da Fundação e/ou Departamento”. Conclui a ata: “Todos concordaram”.